

ND



GRUPO ND

PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

(48) 3212 4127

☎ (48) 99127 3939

publicidadelegal@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA
CNPJ: 07.829.836/0001-42

Relatório da administração - 2025

Mensagem da Administração
Senhores Acionistas,
A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de vossas senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Estrutura Acionária
O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 254.509.342,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta dois reais), representado por 254.509.342 (duzentas e cinquenta e quatro milhões, quinhentas e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

	Participação
Acionistas	
CPFL Geração de Energia S.A. - CPFL-G	51%
Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás	40%
Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	9%

O capital social da Foz do Chapecó Energia S.A., no valor de R\$ 254.129.342,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 254.129.342 (duzentas e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado pela Chapecoense Geração S.A.

Desempenho Operacional
O índice de disponibilidade da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó em 2025 foi de 98,15%, superior ao definido na portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 709/2022, determinado em 96,50%.

A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó possui uma potência instalada de 855 MW e 408,9 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 3.581.964,00 MWh/ano.

A geração líquida acumulada em 2025 foi de 3.768.396,74 MWh. O número foi 5,2% acima da energia assegurada.

Desempenho Econômico e Financeiro

A Foz do Chapecó Energia obteve em 2025 uma receita operacional líquida de R\$ 1.350.327 mil, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 1.062.481 mil e lucro líquido de R\$ 527.801 mil.

Gestão Corporativa

A Foz do Chapecó Energia busca a melhoria contínua dos seus processos. Em 2025, obteve a manutenção da certificação nas normas ISOs 9001:2015; 14001:2015; 45001:2018 e 55001:2014. Ao final do ano atingiu 100% das metas internas estabelecidas no âmbito ESG, visando aprimorar procedimentos e atividades.

Entre as ações, destaca-se a conquista do Selo Prata no Programa Brasileiro GHG Protocol, com a publicação e divulgação do inventário no Registro Público de Emissões de gases de efeito estufa.

Gestão Socioambiental

Além do atendimento de normativas como a ISO 14001 (gestão ambiental), a Foz do Chapecó Energia mantém o compromisso de cumprir as obrigações estabelecidas no seu processo de licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama.

A equipe de Meio Ambiente e Sociopatrimonial da Foz do Chapecó Energia, gerencia as atividades vinculadas a Licença de Operação, a qual possui 53 condicionantes, incluindo a execução do PBA (Plano Básico Ambiental), com 22 programas ambientais. Destacamos a seguir os resultados mais relevantes do ano de 2025:

- O programa de monitoramento e conservação da fauna terrestre na APP do reservatório registrou até o momento 500 espécies, sendo 205 espécies de aves, 201 de aranhas, 52 de mamíferos, 26 de anfíbios e 16 de répteis. Destas, 143 são classificadas como espécies bioindicadores de qualidade ambiental e 30 espécies fazem parte de Listas Vermelhas estaduais (RS e SC) e/ou brasileira.
- Os programas de restauração do antigo canteiro de obras e da restauração da APP do reservatório atenderam uma área de 62,13 ha com plantios em núcleos e adensamentos

de espécies em linha, totalizando 18.557 mudas de árvores nativas plantadas;

- O programa de comunicação social atendeu cerca de 454 pessoas que visitaram a usina;
- Foram capturadas 75 espécies no âmbito do programa de monitoramento e manejo da ictiofauna e da pesca, dentre essas, duas espécies registradas pela primeira vez. No total de capturas, quatro espécies foram classificadas como ameaçadas de extinção, quatro como introduzidas e seis como migradoras de longa distância. Além disso, 21 espécies foram identificadas como endêmicas e 26 como de interesse para a pesca;
- Foram efetuadas atividades de solturas de 230.000 alevinos das espécies de curimatá e piava, para o repovoamento do reservatório da usina.

Para além das obrigações legais, a empresa destinou no ano de 2025 mais de R\$ 8 milhões por meio de leis de incentivo fiscal para 63 projetos sociais. Os projetos apoiados pertencem às seguintes linhas de atuação: Fundo do Idoso, da Criança e do Adolescente, Leis do Esporte, Rouanet e de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) e abrangeram os 14 municípios da área de influência da usina.

Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2025, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 15,132 milhões em seu Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, dos quais R\$ 5,323 milhões foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 2,662 milhões alocado no Ministério de Minas e Energia e R\$ 1,597 milhão para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Outros R\$ 5,550 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Agradecimentos

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores e a comunidade residente na região da usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	7	315.333	191.988	Fornecedores	13	-	-	29.461	24.530
Aplicações financeiras	5	-	-	-	129.024	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	236.953	234.315
Contas a receber de clientes	7	-	-	158.569	154.107	Salários e obrigações sociais		-	-	2.165	2.090
Impostos a recuperar	8	2	2	1.181	1.280	Impostos a recolher	15.a	-	-	10.223	9.174
Dividendos a receber	10	22.395	445	-	-	- Imposto de renda e contribuição social a recolher	15.b	-	-	205.307	175.992
Despesas antecipadas	9	-	-	1.315	1.249	Taxas regulamentares	16	-	-	24.286	21.329
Outros créditos		-	-	13.258	3.333	Uso do bem público	17	-	-	104.793	100.539
		22.404	454	489.656	480.981	Provisão para riscos cíveis	18	-	-	47.176	43.552
						Dividendos declarados	19	21.950	-	21.950	-
						Outras obrigações		-	-	473	-
								21.950	-	682.787	611.521
Não circulante						Não circulante					
Despesas antecipadas	9	-	-	530	14	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	198.558	426.240
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	52.938	53.961	Taxas regulamentares	16	-	-	2.104	-
Impostos a recuperar	8	-	-	395	294	Uso do bem público	17	-	-	1.042.847	1.061.046
Outros créditos		-	-	2.104	7.021	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18	-	-	29.784	26.698
Investimento em controlada	10	700.806	671.300	-	-	Impostos diferidos	24.a	-	-	120.990	124.311
Imobilizado	11	-	-	1.651.735	1.762.151			-	-	1.394.283	1.638.295
Intangível	12	-	-	580.972	617.148						
		700.806	671.300	2.288.674	2.440.589			254.509	254.509	254.509	254.509
						Capital social		446.751	417.245	446.751	417.245
						Reservas de lucros		701.260	671.754	701.260	671.754
						Total do patrimônio líquido		723.210	671.754	2.778.330	2.921.570
Total do ativo		723.210	671.754	2.778.330	2.921.570	Total do passivo e patrimônio líquido		723.210	671.754	2.778.330	2.921.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	-	-	1.350.327	1.283.609
Custo de geração de energia elétrica	21	-	-	(433.914)	(382.108)
Resultado bruto		-	-	916.413	901.501
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	22 e 26	-	-	(11.007)	(8.303)
Resultado de equivalência patrimonial	10	527.801	485.345	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	6.035	222
		527.801	485.345	(4.972)	(8.081)
		527.801	485.345	911.441	893.420
Resultado antes do resultado financeiro		-	-	41.999	37.159
Receitas financeiras	23	-	-	-	-
Despesas financeiras	23	(2)	(2)	(159.603)	(203.496)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		527.799	485.343	793.837	727.083
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	-	(269.359)	(233.443)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	3.321	(8.297)
Resultado do exercício		527.799	485.343	527.799	485.343
Lucro por ação básico (Reais)		2,07	1,91	2,07	1,91
Lucro por ação diluído (Reais)		2,07	1,91	2,07	1,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício		527.799	485.343	527.799	485.343
Total do resultado abrangente		527.799	485.343	527.799	485.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção			
Saldos em 01 de janeiro de 2024	254.509	50.902	233.032	-	-	538.443
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(233.032)	-	-	(233.032)
Resultado do exercício	-	-	-	485.343	485.343	-
Destinações:						-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(119.000)	(119.000)	-
Lucro à disposição da assembleia	-	-	366.343	(366.343)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	254.509	50.902	366.343	-	-	671.754
Saldos em 01 de janeiro de 2025	254.509	50.902	366.343	-	-	671.754
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(366.343)	-	(366.343)	-
Resultado do exercício	-	-	-	527.799	527.799	-
Destinações:						-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(131.950)	(131.950)	-
Lucro à disposição da assembleia	-	-	395.849	(395.849)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	254.509	50.902	395.849	-	-	701.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense" ou "Companhia") foi constituída em 27 de janeiro de 2006, está sediada atualmente no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, e tem como objeto social específico a participação, como acionista de 100% das ações, na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), sociedade por ações, de capital fechado, que tem como objetivo construir e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó (localizado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), detido por meio de concessão por 35 anos, contados a partir de 2001. Adicionalmente, houve extensão da outorga de mais 1.913 dias homologada pela Aneel conforme detalhado no tema Contrato de Concessão desta nota explicativa. A potência instalada, prevista no contrato de concessão, é de 855 MW e a sua entrada em operação comercial ocorreu em outubro de 2010.

UHE Foz do Chapecó

A construção da UHE Foz do Chapecó foi iniciada em janeiro de 2007 e foi executada

através de contrato "Engineering Procurement and Construction - EPC". As operações tiveram início como indicado a seguir:

- A Unidade Geradora 1 ("UG"), com capacidade instalada de 213.750 kW, entrou em operação em 14 de outubro de 2010, conforme liberação da Aneel através do Despacho nº 3.058, de 13 de outubro de 2010.
- A UG2, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação em 23 de novembro de 2010, conforme liberação da Aneel através do Despacho nº 3.543, de 22 de novembro de 2010.
- A UG3, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação em 30 de dezembro de 2010, conforme liberação da Aneel através do Despacho nº 4.092, de 29 de dezembro de 2010.
- A UG4, com capacidade instalada de 213.750 kW entrou em operação comercial em 12 de março de 2011, conforme liberação da Aneel através do Despacho nº 1.090, de 11 de março de 2011.

Licenças ambientais

Foram obtidas com os órgãos ambientais as licenças ambientais necessárias para a implantação da UHE Foz do Chapecó. Após a entrada em operação da UHE Foz do Chapecó, somente a licença ambiental de operação sofre processo de renovação periódica: • Em 26 de dezembro de 2019, o Ibama emitiu a 1ª renovação da Licença de Operação de nº 949/2010, com validade de 10 anos.

Contrato de Concessão

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 07 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da Aneel (direito discricionário do poder concedente), desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP), o montante de R\$ 504.000 (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa.

continua...

continuação...

Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago mensalmente até o final da concessão. O início do pagamento ocorreu a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, o que ocorreu em outubro de 2010, quando foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, em 40%, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, em 60%. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$ 8.733. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$ 1.147.640 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.161.585 em 31 de dezembro de 2024), vide nota explicativa nº 17a.

Repactuação do risco hidrológico - A Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) alterou algumas Leis e dentre as quais está a nº 13.203 de 08 de dezembro de 2015 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, que trouxe a possibilidade de prorrogação da outorga. Em 14 de setembro de 2021, a Aneel emitiu a resolução homologatória nº 2.932, com extensão de prazo da outorga das usinas participantes no Mecanismo de Realocação de Energias – MRE. Houve um aumento de 1.011 dias no prazo de concessão da controlada Foz do Chapecó e um pleito referente a repactuação do risco hidrológico do período anterior ao ano de 2015 da energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e sua controlada observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Em 12 de novembro de 2021, a controladora Foz do Chapecó enviou para a Aneel o termo de aceitação de prazo de concessão de outorga e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE conforme estabelecido na resolução homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021, e na resolução homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.

O impacto da extensão de prazo foi calculado pela CCEE na data base dezembro de 2020. O montante foi de R\$ 185.419 e a Companhia e sua controlada reconheceram em setembro de 2021 como intangível e redução de custo na compra de energia com diferimento para IRPJ e CSLL. A amortização foi reconhecida no resultado a partir de setembro de 2021 pelo prazo de concessão com extensão dos 1.011 dias, consequentemente revertendo imposto diferido sobre o valor realizado e amortizado.

Como consequência à Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, houve recálculo da UBP a valor presente, reconhecido no mês de dezembro de 2021 no ativo intangível e passivo de longo prazo no montante de R\$ 104.966, referente a data base de setembro de 2021 correspondente ao incremento do prazo da concessão.

Em 21 de outubro de 2018, a controlada Foz do Chapecó Energia S.A enviou a carta CE-FCE-0315/18 para a Aneel requerendo recomposição do prazo da outorga de 724 dias, alegando excludente de responsabilidade após emissão do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 128/2001 em que alterou o cronograma de implantação através da Resolução Autorizativa nº 879 de 17 de abril de 2007. O período requerido compreendeu 20 de outubro de 2008 a 14 de outubro de 2010, que totalizam o número de 724 dias:

Atividades	Conforme o Contrato nº 128/2001	Conforme o 2º Termo Aditivo
Início das obras civis	-	01/12/2006
Entrada em operação comercial da 1ª unidade hidrogeradora	20/10/2008	31/08/2010
Entrada em operação comercial da 2ª unidade hidrogeradora	20/01/2009	31/10/2010
Entrada em operação comercial da 3ª unidade hidrogeradora	20/04/2009	31/12/2010
Entrada em operação comercial da 4ª unidade hidrogeradora	20/07/2009	31/03/2011

Em 01 de abril de 2022 a Aneel publicou no Diário Oficial da União a Resolução Autorizativa nº 11.412 de 29 de março de 2022, reconhecendo a excludente de responsabilidade e estendendo o prazo de outorga da concessão de uso de bem público em 680 dias que compreende o período de 20 de outubro de 2008 a 31 de agosto de 2010.

O impacto da extensão de prazo foi reconhecido pela Companhia e sua controlada na data base abril de 2022. A UBP foi recalculada a valor presente e contabilizada no mês de abril no intangível e passivo de longo prazo no montante de R\$ 64.038.

Em 15 de agosto de 2023, a Aneel emitiu a resolução homologatória nº 3.242, que altera o anexo I das resoluções nº 2.919/2021 e 2.932/2021, que homologam o prazo de extensão da outorga de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. A extensão do prazo de concessão foi alterada de 1011 dias para 1233 dias. O impacto foi um aumento de R\$ 25.128 no UBP, contabilizado no intangível e passivo de longo prazo na data base dezembro de 2023.

Em 16 de novembro de 2023, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL homologou o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 128/2001, de modo a formalizar a recomposição do prazo de outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó.

Destinação da energia

A energia produzida foi vendida da seguinte forma:

- 40% vendida às empresas CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Paulista de Força e Luz, no Ambiente de Contratação Regulada (PPA - Power Purchase Agreement), para o período de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2027 e 1º de setembro de 2010 a 19 de novembro de 2027 respectivamente, e corrigido anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- 60% vendida no Ambiente de Contratação Regulada, para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 (CCEAR - Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado) e corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA. Está previsto em cláusula contratual dos CCEARs que todas as obrigações e direitos sejam assumidos pelo sucessor da titularidade da concessão.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço patrimonial consolidado apresenta capital circulante negativo de R\$ 193.131, (em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial consolidado apresentou capital circulante negativo de R\$ 130.540) em virtude, sobretudo, do recente pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 110.000.

Apesar do capital circulante líquido negativo, a Companhia apresenta geração de caixa operacional estável e previsível, suportada por contratos de comercialização de energia elétrica de longo prazo e pela adesão à repactuação do risco hidrológico, o que assegura fluxos de caixa mensais recorrentes suficientes para fazer frente às obrigações de curto prazo.

Adicionalmente, a Administração projeta que a recomposição estrutural do capital circulante líquido ocorrerá a partir do exercício de 2027, com a conclusão do cronograma de amortização dos financiamentos atualmente em vigor, último ano de pagamento dessas obrigações, reforçando a posição de liquidez da Companhia no médio prazo.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tiveram sua emissão autorizada pela Administração em 29 de janeiro de 2026.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio de resultado.

b. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada integral, Foz do Chapecó Energia S.A. Os principais procedimentos de consolidação foram: (i) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (ii) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o real. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Estimativas e premissas contábeis críticas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Uso do Bem Público: definição da taxa de desconto utilizada para cálculo do ajuste a valor presente aplicado sobre o uso do bem público.

3 Políticas contábeis matérias

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

Os valores de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado – VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente:

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais, o impairment e qualquer ganho ou perda no desreconhecimento são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, um derivativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia e sua controlada só possuem passivos classificados e mensurados pelo custo amortizado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão incluídos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada não possuem perdas sobre os recebíveis de clientes.

c. Imobilizado

(vi) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(vii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(viii) Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, com base no valor depreciável dos ativos (custo menos valor residual), ao longo de suas vidas úteis estimadas, por ser o método que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos.

Para os ativos vinculados à usina hidrelétrica, a Companhia e sua controlada adotam as taxas de depreciação regulatórias estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na sua Resolução Normativa nº 674/15, observando, adicionalmente, que a depreciação está limitada ao prazo remanescente da concessão, sendo considerado, para fins de cálculo, o menor prazo entre a vida útil regulatória e o prazo da concessão.

Essa política foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2021, após manifestação da Aneel em resposta à consulta formal da controlada, na qual foi esclarecido que não há direito à indenização do valor residual dos bens ao término da concessão, o que motivou a limitação da vida útil dos ativos ao respectivo prazo concessório.

Posteriormente, o prazo da concessão foi objeto de extensões concedidas pela Aneel, em decorrência de recomposição de cronograma e reconhecimento de excludentes de responsabilidade, as quais, em conjunto, resultaram na ampliação do prazo da outorga até 02 de fevereiro de 2042, sendo os efeitos dessas extensões refletidos prospectivamente no cálculo da depreciação. Esse prazo constitui o limite máximo considerado pela Companhia e sua controlada para fins de depreciação dos ativos vinculados à concessão. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do passivo circulante e não circulante.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

- A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:
- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira, ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para ativos não financeiros.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela administração da Companhia e sua controlada.

continua...

continuação.

i. Encargos setoriais
Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

(i) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D
Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

(ii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos
A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela Aneel, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

j. Provisões
São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.
O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

k. Ajuste a valor presente
As obrigações de uso do bem público são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGPM e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no início (2011) do cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos de 5,30% a.a, e reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos.
O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira pela fruição do prazo.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Partes relacionadas
Compreendem as transações de compra e venda de energia e prestação de serviços, que são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes, mediante contrato e conforme preços de mercado.

n. Receitas de venda de energia elétrica
A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia assegurada pela Companhia foi vendida no Ambiente de Contratação Regulada, sendo 40% através de Power Purchase Agreement – PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh anuais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

A receita operacional líquida é composta da receita de venda de energia, deduzida dos tributos, do programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D e da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, pois são calculados sobre a receita de venda de energia.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e debêntures.

p. Novas políticas/práticas contábeis
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
- Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza.
- CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
- NBC TG 02 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à vista	7	7	244	290
Aplicações financeiras	-	-	315.089	191.698
Total	7	7	315.333	191.988

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI de 100% a 102% (em 31 de dezembro de 2024 eram de 100% a 102% do CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e, por essa razão, foram considerados como equivalentes de caixa, e o saldo em 31 de dezembro de 2025, tem como finalidade principal o pagamento dos dividendos aos acionistas e cobertura das operações de curto prazo da Companhia e sua controlada.

5 Aplicações financeiras (consolidado)
As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações compreendem os recursos que, embora possuam liquidez, não se enquadram no conceito de equivalentes de caixa por não integrarem a gestão de liquidez imediata da Companhia e sua controlada, sendo mantidos com finalidade de aplicação financeira. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada não mantinham recursos com tais características, razão pela qual não apresentou saldo nessa rubrica (em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$ 129.024).

6 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)
Referem-se a aplicações financeiras (conta reserva) mensuradas pelo valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES e do contrato CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão).

Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes da última prestação vencida do serviço da dívida. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 40.608 (R\$ 42.321 em 31 de dezembro de 2024).

Para garantia do pagamento dos encargos do Uso da Transmissão, a Companhia optou pelo Contrato de Constituição de Garantia - CCG, onde deverá ser mantido em conta especial 110% do valor de um mês do seu pagamento mensal, sendo que esta conta poderá ser utilizada até o final do contrato de concessão, desde que a Companhia esteja coberta por carta fiança. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.330 (R\$ 11.640 em 31 de dezembro de 2024).

7 Contas a receber de clientes (consolidado)

	31/12/2025		31/12/2024	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	5.024	9.212		
Suprimento de energia elétrica – PPA	60.656	56.891		
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	92.889	88.004		
Total	158.569	154.107		
Partes relacionadas (nota explicativa 25)	72.449	67.868		
Outros clientes	86.120	86.239		

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 38 dias. Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as políticas da Companhia.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicação financeira	2	2	1.340	1.395
Outros	-	-	236	179
Total	2	2	1.576	1.574
Circulante	2	2	1.181	1.280
Não circulante	-	-	395	294

9 Despesas antecipadas (consolidado)

	31/12/2025		31/12/2024	
Seguros	1.842	1.263		
Outras despesas antecipadas	3	-		
Total	1.845	1.263		
Circulante	1.315	1.249		
Não circulante	530	14		

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024		
Prêmios de seguros				
Seguro de responsabilidade civil	30.11.25 a 30.11.26	28	12	
Seguro de riscos operacionais	30.11.25 a 30.05.27	1.743	1.201	
Seguro de veículos	03.05.25 a 03.05.26	16	15	
Seguro D&O	30.11.25 a 30.05.27	7	5	
Seguro empresarial	03.03.25 a 03.03.26	1	1	
Seguro garantia	01.04.21 a 27.02.30	35	15	
Seguro de equipamentos	26.10.21 a 22.07.27	12	14	
Total	1.842	1.263		

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

10 Investimento em controlada
Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
Quantidade de ações	254.129	254.129		
% Participação	100%	100%		
Ativo	2.778.321	2.921.561		
Passivo	2.077.515	2.250.261		
Patrimônio líquido	700.806	671.300		

Foz do Chapecó

	31/12/2025		31/12/2024	
Receita Líquida	1.350.327	1.283.609		
Resultado do período	527.801	485.345		

A movimentação do investimento no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
Saldo inicial	671.300	537.988		
Equivalência patrimonial	527.801	485.345		
Distribuição de lucros de períodos anteriores (a)	(366.345)	(233.033)		
Distribuição de lucros do exercício (b)	(131.950)	(119.000)		
Saldo no final do exercício	700.806	671.300		

(a) O montante de R\$ 233.033 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 03 de maio de 2024, e pago R\$ 200.000 em 27 de maio de 2024 e R\$ 33.033 em 18 de junho de 2024.

Em fevereiro de 2025, foi destinado o valor de R\$ 2.336 a título de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao ano de 2024. O montante de R\$ 364.009 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de abril de 2025, tendo sido pago o montante de R\$ 252.345 em 06 de junho de 2025 e o montante de R\$ 114.000 em 18 de agosto de 2025.

Deste modo, o montante destinado a título de dividendos no ano de 2025 referente a lucros de períodos anteriores foi integralmente pago. Considerando o saldo inicial de R\$ 445, proveniente de distribuições ocorridas em anos anteriores, tem-se um saldo de dividendos a receber de R\$ 445 da controlada.

(b) O montante de R\$ 119.000 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 17 de dezembro de 2024 e pago em 20 de dezembro de 2024.

O montante de R\$ 131.950 distribuído em 2025 refere-se à antecipação de dividendos no montante de R\$ 110.000, conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de outubro de 2025 e pago em 16 de outubro de 2025, bem como à complementação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 21.950.

11 Imobilizado (consolidado)
a. Composição do imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Em serviço:				
Terrenos	185.207	(47.036)	138.171	146.763
Reservatórios, barragens e adutoras	1.518.759	(614.669)	904.090	958.349
Edificações, obras civis e benfeitorias	263.446	(109.123)	154.323	163.848
Máquinas e equipamentos	849.876	(428.114)	421.762	457.952
Outros	4.921	(3.325)	1.596	2.326
	2.822.209	(1.202.267)	1.619.942	1.729.238
Em curso:				
Terrenos	11.398	-	11.398	8.463
Edificações, obras civis e benfeitorias	49	-	49	1.944
Máquinas e equipamentos	2.044	-	2.044	18
Depósitos judiciais (*)	16.535	-	16.535	19.585
Material em depósito	869	-	869	872
Outros	898	-	898	2.031
	31.793	-	31.793	32.913
Total	2.854.002	(1.202.267)	1.651.735	1.762.151

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

A administração da Companhia revisou os critérios de depreciação e decidiram que a partir de 01 de janeiro de 2021, a depreciação dos bens do ativo imobilizado estaria limitada ao prazo de concessão. Esta decisão foi definida após negativa da Aneel quanto à indenização ao final da concessão. Dessa forma, para fins de cálculo da depreciação, a Companhia passou a adotar como vida útil dos ativos o menor prazo entre a vida útil regulatória definida pela Aneel e o prazo remanescente da concessão. Com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, que aumenta em 1.011 dias o prazo da concessão, houve recálculo sobre o residual de imobilizado na data base 31 de agosto de 2021 e considerado o novo incremento na vida útil dos bens a partir de setembro de 2021.

Em 01 de abril de 2022, a Aneel publicou no Diário Oficial da União a Resolução Autorizativa nº 11.412 de 29 de março de 2022, que reconheceu excludente de responsabilidade com base na alteração do cronograma de implantação da UHE Foz do Chapecó, estendendo em 680 dias o prazo de concessão. Houve recálculo da depreciação sobre o residual do imobilizado na data base 31 de março de 2022 considerando o aumento na vida útil a partir de abril de 2022 e depreciação mensal reconhecida a partir de abril de 2022.

Em 15 de agosto de 2023, a Aneel emitiu a Resolução homologatória nº 3.242, que estendeu por mais 222 dias no prazo de concessão, em decorrência dos 680 dias de excludente de responsabilidade que não havia sido considerado no cálculo quando houve a primeira extensão, através da Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel. Com isso, houve acréscimo de 222 dias no cálculo linear da depreciação, e a taxa de depreciação de 5,41% permaneceu inalterada.

As três extensões citadas acima representaram, em conjunto, uma extensão de 1.913 dias na outorga da concessão, com encerramento em 02 de fevereiro de 2042.

b. Movimentação do imobilizado em 2025

	31/12/2024		Adições		Baixas		Transfe-rências		31/12/2025	
Em serviço:										
Terrenos	185.207	-	-	-	-	-	-	-	185.207	
Reservatórios, barragens e adutoras	1.516.907	-	-	-	-	-	-	-	1.852	1.518.759
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.934	-	-	-	-	-	-	-	512	263.446
Máquinas e equipamentos	846.959	-	-	-	-	-	-	-	2.917	849.876
Outros	4.756	-	-	(226)	-	-	-	-	391	4.921
	2.816.763	-	-	(226)	-	-	-	-	5.672	2.822.209
Depreciação acumulada	(1.087.525)	(114.789)	-	47	-	-	-	-	(1.202.267)	
	1.729.238	(114.789)	-	(179)	-	-	-	-	5.672	1.619.942
Em curso:										
Imobilizado em andamento	32.913	6.931	(2.379)	-	(5.672)	-	-	-	31.793	
	32.913	6.931	(2.379)	-	(5.672)	-	-	-	31.793	
Total	1.762.151	(107.858)	(2.558)	-	-	-	-	-	1.651.735	

c. Movimentação do imobilizado em 2024

	31/12/2023		Adições		Baixas		Transfe-rências		31/12/2024	
Em serviço:										
Terrenos	185.207	-	-	-	-	-	-	-	185.207	
Reservatórios, barragens e adutoras	1.516.907	-	-	-	-	-	-	-	-	1.516.907
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.921	-	-	-	-	-	-	-	13	262.934
Máquinas e equipamentos	845.747	-	-	-	-	-	-	-	1.212	846.959
Outros	4.606	-	-	(133)	-	-	-	-	283	4.756
	2.815.388	-	-	(133)	-	-	-	-	1.508	2.816.763
Depreciação acumulada	(986.379)	(101.196)	-	50	-	-	-	-	-	(1.087.525)
	1.829.009	(101.196)	-	(83)	-	-	-	-	1.508	1.729.238
Em curso:										
Imobilizado em andamento	29.352	5.344	(275)	-	(1.508)	-	-	-	32.913	
	29.352	5.344	(275)	-	(1.508)	-	-	-	32.913	
Total	1.858.361	(95.852)	(358)	-	(0)	-	-	-	1.762.151	

Indisponibilidade dos bens
De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

12 Intangível (consolidado)
a. Composição do intangível

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do Bem Público	773.848	(341.594)	432.254	458.991
Servidão	6.186	(3.375)	2.811	2.986
Repactuação do risco hidrológico	185.419	(40.262)	145.157	154.183
Outros	2.277	(1.527)	750	988
	967.730	(386.758)	580.972	617.148
Em curso:				
Total	967.730	(386.758)	580.972	617.148

Os valores referentes ao Uso do Bem Público referem-se ao direito de exploração da concessão mencionada na nota explicativa nº 17 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em fevereiro de 2042. Os valores de amortização do UBP estão contabilizados no resultado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 26.737 (R\$ 26.737 em 31 de dezembro de 2024).

Houve três extensões de prazo de concessão que culminaram no aumento do montante de UBP (vide nota explicativa nº 1):

- i) Aumento de 1.011 dias no prazo de concessão definido na Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel também resultou num pleito de Repactuação do risco hidrológico em R\$ 185.419, o qual está sendo amortizado linearmente pelo novo prazo de concessão a partir de setembro de 2021;
- ii) Aumento de 680 dias no prazo de concessão definido pela Resolução Autorizativa nº 11.412 de 29 de março de 2022, que reconheceu excludente de responsabilidade, o qual está sendo amortizado linearmente pelo novo prazo de concessão a partir de 01 de abril de 2022, e
- iii) Aumento de 222 dias no prazo de concessão definido pela Resolução homologatória nº 3.242 de 15 de agosto de 2023, e que está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão que passou a ser até 02 de fevereiro de 2042.

b. Movimentação do intangível em 2025

	Movimentação		Transfe-rências		31/12/2025	
	31/12/2024	Adições	Baixas		31/12/2025	
Em serviço						
Uso do Bem Público	773.848	-	-	-	773.848	
Servidões	6.186	-	-	-	6.186	
Repactuação do risco hidrológico	185.419	-	-	-	185.419	
Outros	2.202	-	-	75	2.277	
	967.655	-	-	-	967.730	
Amortização acumulada	(350.507)	(36.251)	-	-	(386.758)	
	617.148	(36.251)	-	75	590.169	
Em curso						
Outros	-	82	(7)	(75)	-	
	-	82	(7)	(75)	-	
Total	617.148	(36.169)	(7)	-	580.972	

c. Movimentação do intangível em 2024

	Movimentação		Transfe-rências		31/12/2024	
	31/12/2023	Adições	Baixas		31/12/2024	
Em serviço						
Uso do Bem Público	773.848	-	-	-	773.848	
Servidões	6.186	-	-	-	6.186	
Repactuação do risco hidrológico	185.419	-	-	-	185.419	
Outros	2.202	-	-	75	2.277	
	967.655	-	-	-	967.730	
Amortização acumulada	(350.507)	(36.251)	-	-	(386.758)	
	617.148	(36.251)	-	75	590.169	
Em curso						
Outros	-	82	(7)	(75)	-	
	-	82	(7)	(75)	-	
Total	617.148	(36.169)	(7)	-	580.972	

continuação...

Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2025						
		Pagamento de				
	Saldo em		Amorti-			Saldo em
Agente financeiro	31/12/2024	Encargos	zação de	Principal	Juros	31/12/2025
			Custo			
BNDES (direto)	253.105	22.450	-	(92.789)	(17.563)	165.203
BNDES (Síncrono)	1.924	168	-	(705)	(130)	1.257
BNDES (repasse)	128.111	11.818	-	(46.957)	(9.351)	83.621
Debêntures	277.415	34.202	516	(92.000)	(34.703)	185.430
Total	660.555	68.638	516	(232.451)	(61.747)	435.511

d. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2024

		<u>Pagamento de</u>				
	Saldo em		Amorti-		Saldo em	
Agente financeiro	31/12/2023	Encargos	zação de	Principal	Juros	31/12/2024
BNDES (direto)	342.314	27.092	-	(91.261)	(25.040)	253.105
BNDES (Síncrono)	2.602	204	-	(694)	(188)	1.924
BNDES (repasse)	173.266	14.361	-	(46.184)	(13.332)	128.111
Debêntures	369.620	38.647	516	(92.000)	(39.368)	277.415
Total	887.802	80.304	516	(230.139)	(77.928)	660.555

As garantias oferecidas para as operações foram: garantia-reserva de meios de pagamento, penhor de direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes da concessão, cessão e vinculação de receita, administração de contas e penhor de ações.

O cronograma de pagamentos dos financiamentos do passivo não circulante está apresentado a seguir:

		31/12/2025
2027		198.588
Total		<u>198.588</u>
		198.588

Cláusulas restritivas de contratos

BNDES - O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária ou dos intervenientes; (ii) redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento ou programa de realocação; (iii) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido “quórum” especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem em restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou a seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da beneficiária a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento; (iv) extinção da concessão outorgada pela Aneel para exploração do potencial energético; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) alteração do Acordo de Acionistas da beneficiária sem prévia e expressa anuência do BNDES; (vii) não cumprimento dos contratos de garantia e do contrato de concessão; e (viii) falsidade de declaração e aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

Debêntures - A dívida poderá ser automaticamente declarada antecipadamente vencida no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, em qualquer obrigação financeira de valor individual ou agregado superior a R\$ 46.000; (ii) liquidação, dissolução, cisão, fissão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora; (iii) proposta pela Emissora e/ou por quaisquer subsidiárias de plano de recuperação extrajudicial; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora /ou de suas subsidiárias; (v) inadimplemento pela Emissora de obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão; (vi) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora acima do mínimo obrigatório, caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão; (vii) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão e/ou de qualquer de suas disposições, por decisão judicial imediatamente exigível; (viii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa imediatamente exequível contra a Emissora e/ou suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 46.000; e (ix) alteração do tipo societário da Emissora.

Índice de Cobertura da Dívida

Os contratos de financiamento e a Escritura de Emissão de Debêntures possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, o Índice de cobertura do serviço da dívida anual de, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos no “Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM nº 4.001.463-0”, e no “Anexo B da Escritura de Emissão”.

O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu os índices de covenants tanto financeiros quanto qualitativos.

15 Impostos a recolher (consolidado)			
a. Impostos a recolher			
	31/12/2025	31/12/2024	
COFINS	8.020	7.396	
PIS	1.640	1.504	
ICMS	90	111	
Outros	473	163	
Total	10.223	9.174	

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher			
	31/12/2025	31/12/2024	
Imposto de renda	152.592	131.262	
Contribuição social	52.715	44.730	
Total	205.307	175.992	

16 Taxas regulamentares (consolidado)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Pesquisa e Desenvolvimento	20.761	15.957	
Taxa de Fiscalização	307	294	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	5.322	5.078	
Total	26.390	21.329	
Circulante	24.286	21.329	
Não circulante	2.104	-	

17 Uso do Bem Público (consolidado)					
Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo, refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação (direito de outorga), determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até o final da concessão, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M (40% do saldo) e IPCA (60% do saldo) em novembro de cada ano. O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M e IPCA até 31 de dezembro de 2025.					
a. Movimentação do Uso do Bem Público em 2025					
	31/12/2024	Pagamento	Atualização monetária	AVP	31/12/2025
Uso do Bem Público - UBP	1.755.382	(101.247)	42.157	-	1.696.292
(-) AVP - Uso do Bem Público	(593.797)	-	-	45.145	(548.652)
	1.161.585	(101.247)	42.157	45.145	1.147.640
Circulante	100.539				104.793
Não circulante	1.061.046				1.042.847

b. Movimentação do Uso do Bem Público em 2024					
	31/12/2023	Pagamento	Atualização monetária	AVP	31/12/2024
Uso do Bem Público - UBP	1.762.095	(97.038)	90.325	-	1.755.382
(-) AVP - Uso do Bem Público	(621.382)	-	-	27.585	(593.797)
	1.140.713	(97.038)	90.325	27.585	1.161.585
Circulante	96.338				100.539
Não circulante	1.044.375				1.061.046

18 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)					
A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais, de natureza cível, trabalhista e fiscal. A Administração da Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme movimentação abaixo:					
a. Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas – 2025					
	31/12/2024	Atualização Monetária	Adição	Reversão	31/12/2025
Riscos trabalhistas	527	244	114	(885)	-
Ação Indenizatória (*)	44.744	2.007	-	(237)	46.514
Ação regulatória (**)	24.979	(64)	3.868	-	28.783
Ação Fiscal	-	-	1.663	-	1.663
Total	70.250	2.187	5.645	(1.122)	76.960
Circulante	43.552				47.176
Não circulante	26.698				29.784

(*) Em outubro de 2021 a ação civil pública, que questiona o valor a ser pago a título de compensação ambiental, teve seu risco de perda alterado de possível para provável, após decisão da Ministra Rosa Weber que não reconheceu o recurso extraordinário interposto, reduzindo as chances e possibilidades da controladora Foz do Chapecó. A expectativa da assessoria jurídica é que o desembolso ocorra em até 1 ano. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado desta ação está em R\$ 45.513 (R\$ 16.036 de principal e R\$ 29.477 de atualização).

(**) O Ministério de Minas e Energia – MME emitiu a portaria MME nº 178/2017, que estabelece novos valores de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN). Esta revisão de garantia física gerou uma alteração nos termos aditivos dos contratos CCVEs firmados entre partes relacionadas com efeitos a partir de janeiro de 2018. A homologação dos termos aditivos foi indeferida pela Aneel, levando a Companhia e sua controlada a ingressarem com ação visando a anulação do ato administrativo da Aneel que indeferiu a homologação. Houve uma liminar garantindo o efeito da revisão, e que foi revogada em 30 de julho de 2021, mas não processada na liquidação pela CCEE.

b. Movimentação da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas – 2024					
	31/12/2023	Atualização Monetária	Adição	Reversão	31/12/2024
Riscos trabalhistas	520	7	-	-	527
Ação Indenizatória (*)	42.805	2.327	-	(388)	44.744
Ação regulatória (**)	21.423	1.274	2.282	-	24.979
Ação fiscal	9	-	-	(9)	-
Total	64.757	3.608	2.282	(397)	70.250
Circulante	41.665				43.552
Não circulante	23.092				26.698

c. Possível

Em 31 de dezembro de 2025, as ações de risco possível totalizam o montante de R\$ 210.851 (R\$ 191.380 em 31 de dezembro de 2024) conforme segue:

- **Processos socioambientais**

Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 20.181 (R\$ 16.442 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a ações de desapropriações, compensação ambiental e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas, que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina da controlada Foz do Chapecó.

- **Processos regulatórios**

Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 77.726 (R\$ 74.677 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a ação de anulação de perdas elétricas decorrentes das linhas de transmissão FCE-Xanxerê e FCE-Guarita.

- **Processos tributários**

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 111.133 (R\$ 98.757 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a ações tributárias referente ao aproveitamento de crédito de PIS e Cofins, de ação anulatória de notificação de ISS e de processos administrativos e intimações envolvendo ITR de áreas alagadas.

- **Processos trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 242 (R\$ 142 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a ações trabalhistas de funcionários de empresas subcontratadas.

- **Processos cíveis**

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 1.569 (R\$ 1.362 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a ações cíveis de contratações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$ 16.535 (R\$ 19.585 em 31 de dezembro de 2024) de depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado, relacionados a processos de desapropriações.

19 Patrimônio líquido		
a. Capital social		
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 254.509, representado por 254.509.342 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia e sua controlada. A composição acionária está demonstrada a seguir:		
	Quantidade de ações	Participação - %
CPFL Geração Energia S.A.	129.799.764	51
Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás	101.803.737	40
Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	22.905.841	9
Total	254.509.342	100

b. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem constituído reservas de lucros no montante de R\$ 446.751, de acordo com a legislação societária.

De acordo com o art. 199 da lei 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social. Como este limite foi atingido, a destinação do excesso será deliberada em assembleia, equacionado a situação.

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva legal é de R\$ 50.902, correspondente ao limite de 20% do capital social. Desta forma, a Companhia não destinou novos montantes à sua constituição.

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações de financiamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de abril de 2025, deliberou-se pela distribuição do saldo de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 364.007, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

Do lucro de R\$ 527.799 do exercício de 2025, R\$ 110.000 já foram distribuídos a título de dividendos intermediários, compoando o dividendo mínimo obrigatório. Além disso, R\$ 21.950 foram destinados a título de complemento de dividendos mínimos obrigatórios. Assim, há um saldo remanescente de R\$ 395.849 na reserva de retenção.

c. Dividendos distribuídos	
A seguir a movimentação de dividendos a pagar:	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Distribuição de reservas de lucros	233.032
Pagamento dividendos adicionais 2023	(233.032)
Distribuição de dividendos intermediários 2024	119.000
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios 2024	(119.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Distribuição complementar de dividendos mínimos obrigatórios 2024	2.336
Distribuição de reservas de lucros	364.007
Pagamento dividendos adicionais 2024	(366.343)
Distribuição de dividendos intermediários 2025	110.000
Pagamento de dividendos intermediários 2025	(110.000)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios 2025	21.950
Saldo em 31 de dezembro de 2025	21.950
Em 2024, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2023 no montante total de R\$ 233.032, os quais foram integralmente pagos ao longo do exercício. No mesmo exercício, foram distribuídos e pagos dividendos intermediários de 2024 no montante de R\$ 119.000.	
Em 2025, foi destinado o complemento dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2024, no valor de R\$ 2.336, totalizando R\$ 121.336 a este título. Adicionalmente, em 2025, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos excedentes referentes ao exercício de 2024 no montante de R\$ 364.009, os quais foram pagos ao longo do ano, conjuntamente com a destinação complementar dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2024.	
Com relação aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2025, R\$ 110.000 foram distribuídos e pagos dentro do próprio exercício. Nesse sentido, destinou-se o complemento de R\$ 21.950 a título de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, perfazendo a quantia de R\$ 131.950, correspondente ao percentual de 25% do resultado do exercício de 2025, ajustado na forma da lei. Resta, assim, um saldo de R\$ 395.851 do resultado do exercício de 2025 a disposição da Assembleia.	

20 Receita operacional líquida (consolidado)					
Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida, apresentada na demonstração do resultado do período:					
	31/12/2025		31/12/2024		
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor	
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	2.268.840,0	786.187	2.275.055,6	752.441	
Suprimento de energia elétrica - PPA	1.496.908,8	698.892	1.501.009,9	668.922	
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	1.413.307,8	49.589	2.347.862	44.046	
Total	5.179.056,6	1.534.668	6.123.927,1	1.465.409	
Tributos sobre a receita	-	(141.921)	-	(133.084)	
Pesquisa e desenvolvimento	-	(13.466)	-	(12.801)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(28.954)	-	(35.915)	
Total	-	(42.420)	-	(48.716)	
Total	5.179.056,6	1.350.327	6.123.927,1	1.283.609	

21 Custo de geração de energia elétrica (consolidado)				
a. Energia elétrica comprada para revenda				
	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	616.849,9	(15.314)	8.349,3	865
Fornecedores diversos de energia elétrica	358.944,0	(62.796)	386.496,1	(58.414)
Crédito PIS/COFINS	-	6.382	-	4.914
Total	975.793,9	(71.728)	394.845,4	(52.635)

b. Custos da produção de energia			
	31/12/2025	31/12/2024	
Depreciação e amortização	(150.668)	(137.219)	
Pessoal	(8.149)	(8.038)	
Serviços de terceiros	(24.396)	(20.518)	
Materiais	(1.938)	(1.570)	
Provisão contingências	(3.982)	(2.282)	
Seguros	(62.539)	(59.679)	
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(133.247)	(121.221)	
Outros	(4.479)	(4.205)	
Créditos de PIS e COFINS	27.212	25.259	
Total	(362.186)	(329.473)	
Total (a) + (b)	(433.914)	(382.108)	

22 Despesas operacionais gerais e administrativas (consolidado)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Serviços de terceiros	(3.712)	(3.321)	
Depreciação e Amortização	(372)	(48)	
Pessoal	(3.245)	(3.143)	
Materiais	(68)	(65)	
Provisão contingências	(1.763)	-	
Reversão contingências	261	237	
Outros	(382)	(314)	
Créditos de PIS e COFINS	13	12	
Total	(9.268)	(6.642)	

23 Resultado financeiro			
	Controladora		
	31/12/2025	31/12/2024	
Despesas financeiras			
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	
Total	(2)	(2)	

Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras	42.967	31.323	
Outras receitas financeiras*	1.080	7.648	
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(2.048)	(1.812)	
Total	41.999	37.159	

Despesas financeiras			
Encargos sobre empréstimos e debêntures	(69.152)	(80.818)	
Variação monetária do UBP	(42.157)	(90.326)	
AVP do uso do bem público	(45.145)	(27.585)	
Outras despesas financeiras	(3.149)	(4.765)	
Total	(159.603)	(203.494)	
	(117.604)	(166.335)	

* Em janeiro

continuação...

MGE Transmissão S.A.	(212)	(195)
Transenergia Renovável S.A. - TER	(83)	(78)
Transenergia São Paulo S.A.	(26)	(16)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	(10)	(10)
CPFL Transmissão Piracicaba S/A	(12)	(10)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	(637)	(581)
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia SA	(114)	(103)
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	(145)	(151)
CPFL Transmissao de Energia Morro Agudo Ltda.	(13)	(11)
Companhia de Geracao e Transmissao de Energia Eletrica do Sul do Brasil - Eletro	(5.014)	(4.650)
CPFL Transmissao de Energia Maracanau Ltda.	(8)	(7)
CPFL Transmissao de Energia Sul li Ltda.	(93)	(88)
Caldas Novas Transmissão S.A.	(4)	(4)
Belo Monte Transmissora de Energia Spe S.A	(2.752)	(2.480)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S/A	(237)	(294)
Campos Novos Energia S.A	-	(85)
Centrais Elébricas Brasileiras S/A - Eletrobrás	(13.858)	(6.231)
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	(21)	-
Total	<u>(49.371)</u>	<u>(40.980)</u>

Compra de energia (Custo)	
Ceran-Companhia Energética Rio das Antas	- (7.825)
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	- (21.547)
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás	- <u>(21.784)</u>
Total	<u><u>- (51.156)</u></u>

26 Honorários da Administração (consolidado)
Estão registrados na rubrica de honorários da administração no grupo de despesas operacionais:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e honorários	(920)	(913)
Encargos sociais e benefícios	(429)	(378)
Participação nos lucros	<u>(390)</u>	<u>(370)</u>
Total	<u><u>(1.739)</u></u>	<u><u>(1.661)</u></u>

27 Instrumentos financeiros (consolidado)
a. Classificação contábil e valor justo
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia da mensuração do valor justo:

31/12/2025				31/12/2024			
Ativos financeiros	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	4	315.089	315.089	Nível 2	191.698	191.698	Nível 2
Aplicações financeiras		-	-	Nível 2	129.024	129.024	
Aplicações financeiras vinculadas	5	<u>52.938</u>	<u>52.938</u>	Nível 2	<u>53.961</u>	<u>53.961</u>	Nível 2
		<u>368.027</u>	<u>368.027</u>		<u>374.683</u>	<u>374.683</u>	

Custo amortizado:	
Caixa e equivalentes de caixa – Depósitos a vista	4 244 244
Contas a receber clientes	6 158.569 158.569
Outros créditos	<u>15.362</u> <u>15.362</u>
	<u>174.168</u> <u>174.168</u>

Passivo financeiros	
Custo amortizado:	
Fornecedores	12 29.461 29.461
Empréstimos e financiamentos	13 435.511 435.511
Uso do bem público	16 <u>1.147.640</u> <u>1.147.640</u>
	<u>1.612.612</u> <u>1.612.612</u>

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros
A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item "iii");
- Risco de liquidez (veja item "iii"); e,
- Risco de mercado (veja item "iv").

(iii) Estrutura de gerenciamento de risco
O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

(iv) Risco de crédito
Risco de crédito, é o risco de a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.
Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 40% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo CPFL, acionista da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

(v) Risco de liquidez
Risco de liquidez, é o risco de que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse e sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.
Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.
A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (notas explicativas nº 4 e 5), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.
Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e sua controlada possuem liquidez imediata ou carência inferior a 90 dias e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.
A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia e sua controlada, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2025:

	NE	Menos	De 1	De 3	De 1 a 2	De 2 a 3	Mais de	Total
		de 1	a 3	a 12		anos	3 anos	
		mês	meses	meses	anos	anos	3 anos	
Uso do bem público	16	(8.733)	(17.465)	(79.040)	(108.068)	(111.702)	(1.895.470)	(2.220.478)
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	13	(13.651)	(26.951)	(231.117)	(208.705)	-	-	(480.424)
Fornecedores	12	(29.461)	-	-	-	-	-	(29.461)
		<u>(51.845)</u>	<u>(44.416)</u>	<u>(310.157)</u>	<u>(316.773)</u>	<u>(111.702)</u>	<u>(1.895.470)</u>	<u>(2.730.363)</u>

(vi) Risco de mercado
Risco de mercado, é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.
Risco cambial
A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais.
Risco de taxa de juros
Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.
Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando diferentes cenários de exposição líquida dos instrumentos financeiros ativos e passivos indexados a taxas de juros e indicadores variáveis. Os indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses considerados, para esta data base, são os seguintes: CDI 14,26% a.a.; TJLP 9,19% a.a.; IGPM -1,05% a.a.; IPCA 4,26% a.a. Conforme o cenário, os valores das respectivas receitas ou despesas financeiras em 2026 seriam os seguintes:

Instrumentos financeiros ativos – Aplicações Financeiras			
Valor exposto	Risco	CDI	
		Provável I	Possível II
		25%	50%
315.089	Redução da CDI	44.932	33.699
		16.849	

Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES			
Valor exposto	Risco	TJLP	
		Provável I	Possível II
		25%	50%
(250.081)	Aumento da TJLP	(15.526)	(19.407)
		(23.289))	

Valor exposto	Risco	CDI	
		Provável I	Possível II
		25%	50%
(185.430)	Aumento da CDI	(19.991)	(24.243)
		(28.422))	

Instrumentos financeiros passivos – UBP			
Valor exposto	Risco	IGPM – IPCA	
		Provável I	Possível II
		25%	50%
(1.147.640)	Aumento do IGPM – 40% e IPCA – 60%	(80.143)	(88.404)
		(94.446)	

• Cenário Provável I: Os índices de CDI, TJLP, IGPM e IPCA considerados no cenário provável são de: 14,26% a.a., 9,19% a.a., -1,05% a.a. e 4,26% a.a., respectivamente, foram obtidos a partir dos valores acumulados nos últimos 12 meses. Para a UBP foi realizada ponderação da variação do IGP-M, em 40%, e do IPCA, em 60%.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Chapecoense Geração S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapecoense Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

• Cenário II e III: Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia e sua controlada optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

(vii) Outros riscos

Análise de risco de não renovação da concessão

A controlada Foz do Chapecó detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela Aneel e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Análise de risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapecó. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

Análise de risco sobre os impactos da crise hídrica

A energia gerada pela controlada Foz do Chapecó depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentado os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe os agentes a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a controlada Foz do Chapecó aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR e pela transferência deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, mediante pagamento de prêmio.

28 Compromissos contratuais (consolidado)

Seguem abaixo os compromissos de longo prazo da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025:

	Até 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais					
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão	(132.144)	(285.881)	(317.296)	(2.333.377)	(3.068.698)
Compra de energia	(41.745)	(43.761)	-	-	(85.506)
Contratos de O&M	(2.754)	(3.372)	-	-	(6.126)
Contratos de venda	<u>1.535.660</u>	<u>2.391.458</u>	<u>1.818.349</u>	<u>12.556.755</u>	<u>18.302.222</u>
Total	<u>1.359.017</u>	<u>2.058.444</u>	<u>1.501.053</u>	<u>10.223.378</u>	<u>15.141.892</u>

Florianópolis, 29 de janeiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP 236051/O-7

Conselheiros Fiscais:
Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino
Renan Yuji Ferreira Shizuno

O Conselho Fiscal da Chapecoense Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 29 de janeiro de 2026, referente ao resultado do ano de 2025. Após examinada a proposta, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, os membros do Conselho Fiscal, manifestando-se, de forma unânime, pela recomendação da aprovação.

Foz do Chapecó
Foz do Chapecó Energia S.A.

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	315.326	191.981	Fornecedores	12	29.461	24.530
Aplicações financeiras	5	-	129.024	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	13	236.953	234.315
Contas a receber de clientes	7	158.569	154.107	Salários e obrigações sociais		2.165	2.090
Impostos a recuperar	8	1.179	1.278	Impostos a recolher	14.a	10.223	9.174
Despesas antecipadas	9	1.315	1.249	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14.b	205.307	175.992
Outros créditos		<u>13.258</u>	<u>3.333</u>	Taxas regulamentares	15	24.286	21.329
		<u>489.647</u>	<u>480.972</u>	Uso do bem público	16	104.793	100.539
				Provisão para riscos cíveis	17	47.176	43.552
				Dividendos declarados	18.c	22.395	445
				Outras obrigações		<u>473</u>	<u>-</u>
Não circulante						<u>683.232</u>	<u>611.966</u>
Despesas antecipadas	9	530	14	Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	6	52.938	53.961	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	13	198.558	426.240
Impostos a recuperar	8	395	294	Taxas regulamentares	15	2.104	-
Outros créditos		2.104	7.021	Uso do bem público	16	1.042.847	1.061.046
Imobilizado	10	1.651.735	1.762.151	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	29.784	26.698
Intangível	11	<u>580.972</u>	<u>617.148</u>	Impostos diferidos	23.a	<u>120.990</u>	<u>124.311</u>
						<u>1.394.283</u>	<u>1.638.295</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18	254.129	254.129
				Reservas de lucros	18	<u>446.677</u>	<u>417.171</u>
		<u>2.288.674</u>	<u>2.440.589</u>	Total do patrimônio líquido		<u>700.806</u>	<u>671.300</u>
Total do ativo		<u>2.778.321</u>	<u>2.921.561</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.778.321</u>	<u>2.921.561</u>

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

Aumento (redução) dos passivos:			
		4.931	2.660
Fornecedores			
Salários e obrigações sociais		75	187
Impostos a recolher		1.049	(552)
Taxas regulamentares		5.061	849
Outras obrigações		473	-
Caixa gerado pelas operações		1.069.169	1.067.166
Despesas financeiras e juros pagos	13	(61.747)	(77.926)
IRPJ e CSLL pagos		(232.353)	(227.938)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		775.069	761.302
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(6.931)	(5.344)
Aplicações financeiras		166.355	(100.089)
Aquisição de intangível	11	(82)	(17)
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		159.342	(105.450)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	18.c	(476.345)	(352.033)
Pagamento do uso do bem público	16	(101.247)	(97.038)
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(232.451)	(230.139)
Resgate de aplicações financeiras vinculadas		(1.023)	(7.373)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(811.066)	(686.583)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		123.345	(30.731)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	191.981	222.712
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		315.326	191.981

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Foz do Chapecó Energia S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 29 de janeiro de 2026, referente ao resultado do ano de 2025. Após examinada a proposta, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, os membros do Conselho Fiscal, manifestaram-se, de forma unânime, pela recomendação de aprovação.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Foz do Chapecó Energia S.A., e à vista da revisão feita pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 29 de janeiro de 2026, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação.

Conselheiros Fiscais:

Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino

Renan Yuji Ferreira Shizuno

Diretoria
Peter Eric Volf - Diretor Superintendente
Otávio Luiz Rennó Grilo - Diretor

Conselho de Administração
Rodolfo Coli da Cunha
Rodolfo Nardez Sirol

Contador
João Henrique Krauspenhar
CRC/SC 46.157

O Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB, tendo em vista o disposto no art. 14 do Estatuto Social, **CONVOCA** os associados da entidade para a **Assembleia Geral Ordinária**, que se dará conforme segue:

A Assembleia Geral Ordinária será aberta, no dia 06/04/2026, às 17h30, e funcionará até as 19h30 – ininterruptamente. Às 17h30, inicia-se a Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, com presença mínima de sócios em número correspondente à metade mais um do quadro social; não havendo quórum, em segunda convocação, às 17h45, com a presença de sócios correspondente a 1/3 (um terço) daquela totalidade; e, inexistindo novamente quórum, em terceira e última convocação às 18h, com qualquer número de sócios (art. 15), para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1º) Exame e aprovação das contas relativas ao exercício de 2025.

Blumenau, 23 de março de 2026.

Blumenau, 23 de março de 2026.

Renato Medeiros
Presidente do Conselho Deliberativo

RENATO
SERGIO
MEDEIROS:4421

Assinado de forma digital por RENATO SERGIO MEDEIROS-44216890920
Data: 2026.03.23

O **Município de Catanduvas – SC**, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006 e suas alterações, que se encontra aberto até as **13h30min do dia 04 de maio de 2026**, Concorrência Eletrônica para **execução de reforma e ampliação do Ginásio Municipal Yara Conceição Nicoletti, conforme projeto e informações constantes no anexo "II"**. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser encaminhadas via Internet pelo site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da disputa das propostas classificadas se dará a partir das **13h35min do dia 04 de maio de 2026**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação ou Setor de Engenharia do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000. Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.catanduvas.sc.gov.br, ou pelo fone: 49 – 3525-6500.

Catanduvas – SC, 23 de março de 2026.

Código de Registro TCE/SC: 021CB9F43C02795812BF001FC82C611D556AFD6DB
DILCEIA NÉRIAS DA CRUZ SPULDARO - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

>>> continuação >>>

Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.627
Constituição de dividendos a pagar	35.139
Const. de dividendos a pagar referente a exercício corrente	14.204
Constituição de dividendos com base em lucros acumulados	19.012
Const. de dividendos com base em ágio na emissão de ações	872
Const.de dividendos com base em plano de opção de ações	1.051
Pagamento de dividendos	(17.831)
Pagamento de dividendos do exercício corrente	(14.204)
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores	(3.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.935

14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: O capital social da Companhia está dividido em 3.360.600 (três milhões trezentos e sessenta mil e seiscentas) ações nominais no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, o qual monta a R\$ 33.606,00 (trinta e três mil, seiscentos e seis reais), representando a totalidade do capital social da Companhia.

14.2. Plano de incentivo – Stock Options: Nos exercícios de 2015 a 2025, a Companhia celebrou contratos individuais com certos colaboradores com o intuito de efetuar a outorga de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de atrair, reter e motivar talentos, alinhar os interesses dos executivos e acionistas da Companhia na geração de resultados e criação sustentável de valor bem como manter o padrão de excelência dos serviços dos executivos e empregados. O Plano de incentivo Stock Options se dá pela concessão do direito de comprar ações da Companhia, a preços e prazos pré-definidos, sendo que o ganho potencial do beneficiário não possui qualquer natureza salarial, remuneratória ou semelhante, inexistindo sequer garantia de obtenção de lucro. O preço das ações oferecidas no programa é definido pela reavaliação anual do Valuation da Companhia e a opção de compra poderá ser exercida mediante cumprimento de períodos de vesting que podem ser de zero a dezoito meses.

14.3. Dividendos: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

15. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: companhia não possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis em andamento que seja polo ativo ou passivo na data-base.

16. Receita operacional líquida: A Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita operacional líquida. Demonstramos abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de prestação de serviços	55.521	53.366	65.184	53.803
Deduções da receita				
ISS	(1.110)	(1.067)	(1.304)	(1.076)
PIS	(360)	(332)	(409)	(335)
COFINS	(1.662)	(1.535)	(1.892)	(1.546)
Receita líquida	52.389	50.432	61.579	50.846

17. Custos e despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados	(6.560)	(7.751)	(8.877)	(7.905)
Despesas comerciais	(2.019)	(4.694)	(5.177)	(5.213)
Despesas administrativas	(10.268)	(13.203)	(15.666)	(14.160)
	(18.847)	(25.648)	(29.720)	(27.278)
Despesas com pessoal	(5.431)	(8.436)	(9.679)	(9.148)
Licenças, servidores, domínio e tráfego	(3.987)	(5.338)	(5.733)	(5.533)
Serviços de terceiros	(7.444)	(10.148)	(10.786)	(10.834)
Impostos e taxas diversas	(24)	(49)	(50)	(55)
Ações de marketing, brindes e feiras	(147)	(526)	(476)	(578)
Aluguéis e condomínios	(44)	(43)	(49)	(47)
Água, energia elétrica e telefone	(15)	(14)	(15)	(14)
Viagens e confraternizações	(201)	(371)	(209)	(373)
Intermediadores de pagamento	(892)	(1.858)	(2.038)	(1.890)

Depreciações e amortizações	(169)	(175)	(169)	(175)
Manut. e bens de peq. valor e consumo	(43)	(53)	(47)	(53)
Outros	(583)	(615)	(602)	(666)
Ativações em intangível	133	1.978	133	2.088
	(18.847)	(25.648)	(29.720)	(27.278)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	409	842	446	848
Variação cambial	63	20	74	20
Descontos obtidos	-	-	8	1
Atualização créditos sobre impostos	-	493	-	493
	472	1.355	528	1.361

Despesas financeiras

Variação cambial passiva

Juros pagos

IOF

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(114)	(66)	(141)	(67)	
(2)	-	(7)	-	
(6)	(7)	(12)	(8)	
(122)	(73)	(160)	(75)	
350	1.282	368	1.286	

Resultado financeiro líquido

19. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda nessa modalidade é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo após a presunção (8% sobre vendas e 32% para serviço) sendo acrescido do adicional de IRPJ de 10% do valor que exceder R\$ 60.000 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo após a presunção (12% sobre vendas e 32% para serviços). O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF). A seguir, demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ	55.521	53.366		
Receita bruta sujeita a alíquota de 32%	17.767	17.077		
Lucro presumido base 32%			409	862
Base do lucro presumido IRPJ	18.175	17.939	18.175	17.939
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	2.726	2.691		
Base de cálculo do IRPJ	1.818	1.770	1.818	1.770
IRPJ 15%	4.544	4.461		
IRPJ adicional 10%			461	446
Total IRPJ	4.544	4.461	4.544	4.461

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CSLL	55.521	53.366		
Receita bruta sujeita a 32%	17.767	17.077		
Lucro presumido 32%			409	862
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	18.175	17.939		
Base de cálculo da CSLL	1.636	1.615		
CSLL 9%	6.180	6.076	6.180	6.076

20. Instrumentos financeiros: 20.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os valores contabilizados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar aproximam-se dos seus valores de realização.

20.2. Política de gestão de riscos financeiros: A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria.

Também são revistos periodicamente os limites de crédito. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

20.3. Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo de contas a receber.

20.4. Risco de liquidez: É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

20.5. Risco de mercado: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

21. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da ESAPIENS TECNOLOGIA S.A.

Florianópolis – SC

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ESAPIENS TECNOLOGIA S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ESAPIENS TECNOLOGIA S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individual e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, individual e consolidada, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não

ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individual e consolidada, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individual e consolidada, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 17 de março de 2026.

TATICA Auditores e Consultores Ltda. SC-000292/F-9
Leandro José Hermes CRC: 1-SC-027601/O-7
Leandro Augusto Kitamura - Diretor Executivo.

ENGIE Brasil Energia S.A.

CNPJ 02.474.103/0001-19

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os acionistas da **ENGIE Brasil Energia S.A.** (“ENGIE” ou “Companhia”) para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia **24 de abril de 2026**, com início às **09 horas**, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital TEN Meetings (“Plataforma Digital”), que será considerada realizada na sua sede social, situada na Rua Paschoal Apóstolo Pitisca, 5064, Bairro Agronômica, CEP 88025-255, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, com a seguinte Ordem do Dia: **1. Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Deliberar sobre o Orçamento de Capital para retenção de lucros; **1.3.** Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício de 2025 e a distribuição de dividendos; **1.4.** Deliberar sobre o montante da participação dos empregados nos resultados do exercício de 2025; **1.5.** Deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026; **1.6.** Definir em 9 (nove) a quantidade de membros titulares do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes; **1.7.** Deliberar acerca da independência dos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração como membros independentes; **1.8.** Eleger 9 (nove) membros titulares do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes; **1.9.** Eleição do Presidente do Conselho de Administração; **1.10.** Eleição do Vice-Presidente do Conselho de Administração; **1.11.** Eleger 3 (três) membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes; e **1.12.** Fixar a remuneração do Conselho Fiscal da Companhia. **2. Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Ratificar a nomeação e contratação da Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.536.119/0001-34 (“Avaliador”), como empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação dos procedimentos aplicáveis ao artigo 256 da Lei 6.404/76 (“LS/A”), relativo à operação de aquisição do controle acionário da empresa Companhia Energética do Jari – CEJA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.581.989/0001-62 (“CEJA”); **2.2.** Aprovar o laudo de avaliação dos procedimentos aplicáveis ao artigo 256 da LS/A, relativo à operação de aquisição do controle acionário da empresa CEJA; **2.3.** Ratificar, consoante previsto no artigo 256, §1º, da LS/A, a aquisição, pela Companhia, do controle da empresa CEJA, de titularidade da EDP Energias do Brasil S.A. (“EDP”) e da China Three Gorges Brasil Energia S.A. (“CTG”), conforme matéria aprovada na 269ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de março de 2025; **2.4.** Autorizar e ratificar as providências adotadas pela administração da Companhia para a efetivação da Operação do item 2.3. Em cumprimento ao art. 5º, §4º da Resolução CVM 81/2022 (“RCVM 81/22”), informamos que para a presente assembleia foi adotado o modelo de participação exclusivamente digital, mediante sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pelo art. 124, §2º-A, da LS/A e pelo art. 28, §3º, da RCVM 81/22, e com o prazo de cadastramento até o final do dia **22 de abril de 2026**, conforme art. 6º, § 3º da RCVM 81/22. A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. Em atendimento ao disposto na LS/A e na RCVM 81/22, informamos que estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nas páginas na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos e informações: *i)* os previstos no artigo 10 da RCVM 81/22; *ii)* a proposta de orçamento de capital; *iii)* a proposta de remuneração dos administradores e demais informações (art. 13 da RCVM 81/22); *iv)* a proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2025 (art. 133, inc. V, da LS/A); *v)* as relativas à eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal (art. 11 da RCVM 81/22); *vi)* a proposta da administração contendo (a) o Laudo de Avaliação da Companhia Energética do Jari – CEJA, elaborado pela Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda.; (b) os principais termos da aquisição do controle acionário, conforme exigido pelo artigo 20 da RCVM 81/22, com as informações do Anexo G; e (c) as informações do Anexo L da RCVM 81/22, conforme exigido pelo artigo 25 da RCVM 81/22; e *vii)* o Manual do Acionista, contemplando as instruções para participação na AGE; e *viii)* o modelo de Boletim de Voto a Distância para a Assembleia. Conforme disposto no artigo 141 da LS/A, no artigo 3º da RCVM 70/22 e no artigo 5º da RCVM 81/22, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Informa ainda que, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Para participação digital na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação a distância na Assembleia, **até o dia 22.04.2026**, com acesso pelo [link https://assembleia.ten.com.br/537105041](https://assembleia.ten.com.br/537105041), bem como enviar, por meio do mesmo [link](#) de acesso, a documentação abaixo indicada, de forma digitalizada: - **Acionistas Pessoas Físicas:** documento oficial de identificação com foto. - **Acionistas Pessoas Jurídicas:** *i)* último estatuto ou contrato social consolidado ou de suas alterações e da ata de eleição dos diretores, caso esses não constem do contrato social; e *ii)* documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). - **Fundos de Investimento:** *i)* último regulamento consolidado do fundo ou suas alterações, do estatuto ou contrato social consolidado ou suas alterações do seu administrador e da ata de eleição dos diretores do administrador do fundo, caso esses não constem do contrato social; e *ii)* documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). Se os acionistas forem representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano da data de realização da assembleia, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador e/ou gestor de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras do Código Civil, conforme decisão do Colegiado da CVM, no Processo RJ2014/3578. Ademais, a procuração deve conter os requisitos elencados no artigo 126 da LS/A. O acionista será exclusivamente responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados em forma digitalizada à Companhia. Os acionistas que não enviarem a solicitação de participação e cadastramento no prazo e nas condições acima referidas, não poderão participar da Assembleia. A Companhia enviará em resposta, pelo e-mail cadastrado no sistema eletrônico, aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação nos prazos e condições acima, um novo [link](#) de acesso ao sistema eletrônico de participação a distância na Assembleia, que estará disponível **a partir das 08h40min, do dia 24.04.2026**. Não obstante, as informações mais detalhadas sobre o acesso e a utilização do sistema pelos acionistas também serão comunicadas ao mercado e estarão disponíveis nas páginas na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Em decorrência do sistema de voto a distância, os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia/corretora ou por intermédio do Itaú Corretora de Valores S.A., escriturador da Companhia, pela central depositária B3, ou, ainda, pelo preenchimento e remessa, por via postal ao endereço da sede da Companhia ou para o e-mail ri.brenergia@engie.com, do Boletim de Voto a Distância, acompanhado do documento comprobatório de titularidade de ações da ENGIE Brasil Energia S.A. e cópia dos documentos para participação na Assembleia acima indicados, conforme o caso. Devendo ser observadas as orientações, prazos e procedimentos disponíveis na página na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), no seguinte endereçamento: **Investidores - Voto a Distância.** Florianópolis (SC), 24 de março de 2026. Maurício Stolle Bähr - Presidente do Conselho de Administração.